

junho / 2013

TEMA: Pessoas com deficiência

Agenda

da Diversidade

pensando as diferenças

Pessoas com deficiência: superando barreiras visíveis e invisíveis

A consolidação das políticas sociais voltadas para as pessoas com deficiência ainda é um desafio no estado de São Paulo. Os obstáculos são muitos: de ordem econômica, política e cultural, além daqueles presentes no cotidiano e que distanciam o ideal de participação social defendido pelas Nações Unidas.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, deficiência é o termo utilizado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica e se refere à qualquer pessoa que vivencie uma deficiência continuamente. Todas as pessoas com todos os tipos de deficiência devem gozar de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Durante muito tempo as pessoas com deficiência eram alvos de preconceitos e tratadas como doentes, ao invés de cidadãos de direito que possuem seu potencial criativo e produtivo. São muitas as histórias de abandono pela família, comunidade e autoridades, além de não participarem ativamente do convívio social ou exercerem a cidadania com dignidade.

As políticas sociais referentes às pessoas com deficiência surgiram no Brasil a partir dos anos de 1970, mas começaram a ser consolidadas nos anos 90. O esforço dessas políticas eram romper com o estigma de pessoas com deficiência serem objetos de caridade e passaram a considerar como pessoas capazes de reivindicarem direitos como membros ativos da sociedade.

A proteção à pessoa com deficiência advém dos direitos comuns aos cidadãos e das reivindicações desse grupo populacional que tem impulsionado novas formas de relações entre os cidadãos e o poder público, exigindo deste, o cumprimento dos dispostos legais existentes sobre acessibilidade. No que tange às políticas sociais, houve investimentos e conquistas significativas por parte do Estado e a responsabilização da sociedade civil no trato das questões relacionadas às pessoas com deficiência, como a elaboração e a implementação de políticas e serviços de atendimento voltados para essa demanda.

para arquivar, centralize e lute.



Como efetivar o direito das pessoas com deficiência no âmbito do sistema penitenciário

A efetivação de direitos sociais das pessoas com deficiência configura uma luta histórica na sociedade. Consiste em assegurar a todos, sem qualquer discriminação, igualdade de direitos e o direito ao desenvolvimento e à autonomia das pessoas com deficiência.

Os temas inerentes aos direitos humanos: participação, inclusão na sociedade, igualdade de oportunidades, acessibilidade e não discriminação representam o respeito, a valorização e a diversidade humana. É preciso fomentar a participação das pessoas com deficiência lutarem por seus direitos, dignidade, autonomia plena e efetiva de participação, inclusão na sociedade e igualdade de oportunidades.

É necessário reafirmar esses direitos a fim de promover autonomia, liberdade, independência e avançar na perspectiva de garantia de políticas

públicas e recursos suficientes para executar essas políticas.

A condição de deficiência está presente em diferentes grupos sociais e faixas etárias, nesse sentido predomina uma estreita relação entre pobreza extrema e agravamento das condições de deficiência, o que requer priorizar a atenção com as pessoas em situação de pobreza extrema. A acessibilidade garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas, está inserida nos espaços, no meio físico, no transporte, sistemas e tecnologias da informação e comunicação.

Para isso, os órgãos envolvidos na reintegração social da população prisional, egressa e de familiares devem estar atentos às demandas dessa população e buscar soluções para minimizar as exclusões e desigualdades de oportunidades.



Agenda da Diversidade

Construindo uma estratégia de intervenção

Faça uma análise com os profissionais do seu local de trabalho a análise de que maneira é possível:

- Implantar um programa nas Unidades prisionais e Unidades de atendimento reintegração social voltado para as pessoas com deficiência (servidor e população atendida) com a participação de servidores, e estagiários de diversas áreas (Serviço Social, Psicologia, Direito e outras) visando o rompimento das barreiras arquitetônicas;
- Buscar soluções e intervenções nas unidades vinculadas à SAP identificando as barreiras mediante aquisição, construção, reforma ou adaptação de espaços físicos, destinados a atividades de pessoas com deficiência; Máquinas e equipamentos, inclusive tecnologias assistivas;
- Estabelecer parcerias com o poder público (Federal, Estadual e Municipal), setor privado e sociedade civil mediante a elaboração de projetos que asseguram a disponibilização de recursos financeiros para efetivar acessibilidade da pessoa com deficiência;
- Desenvolver palestras e dinâmicas de grupos de abordagem ao tema, direitos das pessoas com deficiência como, por exemplo, o Benefício de Prestação Continuada – BPC, Crédito e Isenção Fiscal, entre outros.

Cidadania Ativa

Decreto Legislativo Nº. 186, de 09 de Julho de 2008 - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Decreto Nº. 6.949, de 25 de agosto 2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo facultativo, assinados em Nova York em 30 de março de 2007.

Lei nº. 10.098, de 19 de Dezembro de 2000 - Estabelece

normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto Nº. 7.612, de dia 17 de novembro de 2011, Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite. Estabelece ações, serviços e políticas de forma articulada capazes de assegurar um contexto de garantia de direitos para as pessoas com deficiência, considerando suas múltiplas necessidades nos diferentes momentos de suas vidas.

para arquivar, centralize e fuire.

Tecendo a Rede

Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do governo do Estado de São Paulo

Tem como missão garantir o acesso das pessoas com deficiência no Estado de São Paulo a todos os bens, produtos e serviços existentes na sociedade.
Site: www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br

Centro de Informação Rui Bianchi

Biblioteca virtual dos direitos da pessoa com deficiência. Tem como proposta a disseminação de informações sobre os direitos das pessoas com deficiência - informações, artigos, trabalhos acadêmicos e vasta bibliografia com enfoque principal na pessoa com deficiência.
Site: www.centroruibianchi.sp.gov.br

Saiba mais!

Araújo, Luiz Alberto David. A Proteção Constitucional das Pessoas com Deficiência, 4ª edição. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, 2011;

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

_____. Secretaria dos Direitos humanos da Presidência da Republica. Cartilha do Censo 2010-Pessoas com Deficiência, 1ª edição. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010;

IBDD. Cartilha IBDD dos direitos da pessoa com deficiência / [pesquisa e texto]. [IBDD]. - 2. ed. [rev. e atualizada]. - Rio de Janeiro: IBDD, 2009;